



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638383 - SP (2021/0000729-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANA CRISTINA DOS SANTOS
ADVOGADO : ANA CRISTINA DOS SANTOS GONÇALVES DE JESUS -
SP215160
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HENRIQUE DOS SANTOS ALMEIDA (PRESO)
CORRÉU : LEANDRO DE OLIVEIRA
CORRÉU : RILDO DOS REIS CERQUEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HENRIQUE DOS SANTOS ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2000605-77.2021.8.26.0000).

O paciente junto com os corréus foram condenados "como incursos nas penas do artigo 33, da Lei n. 11.343/06 [...] às penas de SEIS ANOS DE RECLUSÃO E SEISCENTOS DIAS MULTA, ambos em regime fechado" (fls. 25-26).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto que se enquadra nos preceitos do HC Coletivo n. 165704 e caberia a fixação da prisão domiciliar ou medida cautelar diversa da prisão, pois "durante uma Pandemia sua filha M. A. S. de A. de 5 (cinco) anos de idade. (DOC.04-RG/registro de nascimento) está sob o precário cuidado de seu tio paterno ou avó paterna doente" (fl. 4).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que "seja deferido o pedido de Conversão da Prisão Preventiva do Paciente em Prisão Domiciliar ou por outras medidas diversas da prisão" (fl. 17).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante

ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente